



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

(MINUTA)

Considerando que:

1. A LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA, abreviadamente designada, doravante, por SRU é uma empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 48º do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local (Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto) (Lei 50/2012), constituída pelo Município de Lisboa em 2004, que tem como objeto principal promover a reabilitação urbana
2. Pela Deliberação nº 558/CM/2014, de 8 de outubro, foi alargado o objeto social da SRU, com alteração do artigo 3º dos Estatutos da SRU, que passou a abarcar a promoção de intervenções de reabilitação do espaço público, renovação das infraestruturas e reabilitação de edifícios na área de reabilitação urbana de Lisboa das quais seja encarregue pela Câmara Municipal de Lisboa estabelecendo a alínea g) do n.º 1 do artigo 4º dos estatutos da empresa que constituem atribuições e competências da SRU exercer todas as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal de Lisboa.
3. A Câmara Municipal deliberou encarregar a SRU de realizar um conjunto de intervenções de reabilitação urbana de edifícios e de espaços públicos, conforme patenteado no Anexo A do presente contrato, inscrito também na alteração ao Plano e Orçamento 2015 apresentada ao Executivo;
4. O artigo 50º da Lei 50/2012 prevê que as empresas locais de promoção do desenvolvimento local e regional, entre as quais se encontra a Lisboa Ocidental, possam celebrar contratos-programa com as entidades públicas participantes, os quais deverão especificar os montantes dos subsídios à exploração que aquelas empresas têm direito a receber.
5. O artigo 26 dos Estatutos da SRU define que a Empresa celebrará com o Município contratos-programa onde se definirão, nomeadamente, as funções de desenvolvimento económico local que lhe cabe desempenhar bem como o montante das participações a que terá direito em contrapartida das obrigações assumidas.
6. Os apoios financeiros do Município necessários para que a Lisboa Ocidental possa realizar as intervenções de reabilitação urbana referidas no ponto 3 supra constituem subsídios à exploração, uma vez que as sociedades de reabilitação urbana não são empresas municipais



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

de promoção imobiliária e a sua intervenção no mercado não tem em si mesmo uma finalidade lucrativa que lhe permita prosseguir as suas atribuições com independência financeira em relação aos Municípios que as criaram. Sendo certo, aliás, que a função social e administrativa destas Sociedades (que compreende desde competências de controlo prévio de operações urbanísticas até à realização de obras coercivas de reabilitação) as impede de se autossustentarem, atendendo, designadamente, ao carácter não mercantil do seu objeto social e aos custos das tarefas que nelas foram delegadas pelos Municípios.

7. A atribuição do subsídio à exploração à SRU não dispensa que esta empresa promova a apresentação de candidaturas junto do Portugal 2020 ou de outros programas de apoio, sendo que das eventuais aprovações obtidas resultará uma diminuição de mesmo valor no subsídio atribuído pela Município;
8. O nº5 do artigo 47º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, estabelece que os contratos-programa são aprovados pelo Deliberativo sob proposta do órgão executivo, sendo também sujeitos a visto prévio quando o valor assim o justifique bem como o envio à Inspeção-geral de Finanças.
9. Em cumprimento do disposto na alínea c) do nº 6 do art.º 25º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o presente contrato-programa foi objeto de parecer prévio favorável por parte do Fiscal Único da SRU, EM SA.
10. O presente contrato-programa foi aprovado em minuta pela Câmara Municipal de Lisboa na sua reunião de ** de (mês) de 2015 e através da deliberação nº **/**/2015 e pelo Conselho de Administração da SRU, no exercício das suas competências estatutárias, através da deliberação nº **/**/2015, aprovada na reunião de ** de (mês) de 201*.

Entre

Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500 051 070, com sede nos Paços do Concelho, Praça do Município, 1100-365 Lisboa, através do seu órgão executivo, Câmara Municipal de Lisboa, neste ato representado pela Exmo. Senhor Vereador Arq. Manuel Salgado, poderes para o efeito, nos termos do Despacho n.º 42/P/2015 de 21/05/2015, publicado no 4º Suplemento ao Boletim Municipal n.º 1110, de 28 de Maio de 2015, na qualidade de PRIMEIRA OUTORGANTE, adiante designada por **Município**

E

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA, com sede na Rua da



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Correnteza, n.º 9, 1400-077 LISBOA, com o capital social de 2.000.000€ (dois milhões de euros), NIPC 507023129, representada pela Presidente do Conselho de Administração, Dra. Teresa do Passo, com domicílio profissional na morada acima referida, titular do cartão de cidadão número 8194235, válido até 27.07.2019, cuja qualidade e suficiência de poderes para o ato foi verificada através de certidão permanente com o código de acesso 6650-3058-1110, doravante **SRU**.

É celebrado o presente **CONTRATO-PROGRAMA**, em observância do disposto no artº 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e no artigo 26º dos Estatutos da SRU, que se regerá pelo definido nas seguintes cláusulas:

Cláusula 1ª

Objeto

1. O Contrato tem como objeto a realização por parte da SRU de dezassete Intervenções de Reabilitação Urbana de Edifícios e Espaços definidas, valorizadas e planeadas conforme patenteado no Anexo A deste contrato e sua parte integrante.
2. A execução das Intervenções de Reabilitação Urbana objeto deste Contrato englobam todas as atividades indispensáveis à reabilitação dos referidos edifícios e espaços públicos, nomeadamente, a elaboração de projetos e execução, gestão e fiscalização das obras de reabilitação, inscrevendo-se as principais do Anexo A.
3. Para que a SRU disponha dos meios financeiros para a execução das intervenções programadas, o Município concederá, nos termos previstos no art.º 50º da Lei nº 50/2012, de 31 de Agosto, a título de apoio financeiro, um subsídio à exploração conforme disposições da cláusula 5ª do presente contrato.

Cláusula 2ª

Missão e responsabilidades da SRU

1. No âmbito do presente Contrato, é missão da SRU contribuir para o desenvolvimento local, promovendo a valorização patrimonial, cultural e turística da Cidade e o bem-estar, segurança e qualidade de vida dos seus habitantes, através da realização das Intervenções de Reabilitação Urbana de Edifícios e Espaços Públicos identificadas no número anterior

CLÁUSULA 3ª

Fundamento e finalidade

1. O fundamento da necessidade do estabelecimento da presente relação contratual alicerça-se:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 1.1. Na experiência adquirida pela empresa em intervenções de reabilitação urbana;
- 1.2. No conhecimento adquirido pela empresa no contacto direto com a comunidade local ao longo do tempo e problemáticas específicas associadas a ações concretas de reabilitação urbana.
2. A finalidade do contrato programa materializa-se na criação de condições para que a SRU desenvolva o seu objetivo estatutário que é o de desenvolver ações de reabilitação urbana em Lisboa.

CLÁUSULA 4ª

Objetivos Sectoriais e Indicadores de Realização

1. São considerados os seguintes objetivos sectoriais:
 - 1.1. Promover a reabilitação urbana;
 - 1.2. Melhorar as condições de qualidade de vida e bem-estar da população, com a requalificação do tecido urbano.
2. São fixados os seguintes indicadores de realização para aferição da eficácia e da eficiência da ação desenvolvida:
 - 2.1. As atividades referidas no número 2 da Cláusula 1ª inscrevem-se no objetivo setorial de promoção da reabilitação urbana e são discriminadas no Anexo A – Programação de Atividades, cuja eficácia de execução é dada por:
 - 2.1.1. Muito Eficaz – Conclusão das atividades até às datas planeadas ou com um atraso não superior a um mês;
 - 2.1.2. Eficaz – Conclusão das atividades até um trimestre após as datas planeadas;
 - 2.1.3. Ineficaz – Conclusão das atividades em datas posteriores a um trimestre após as datas planeadas, salvo se este atraso não for imputável à SRU, caso em que a execução se classificará como Eficaz.
 - 2.2. As intervenções referidas no nº 1 da cláusula têm um custo evidenciado no Anexo A – Programação Financeira, sendo a eficiência da sua execução dada por:
 - 2.2.1.2. Muito Eficiente – Executar o conjunto das atividades utilizando recursos financeiros totais não superiores a 90% dos valores planeados;
 - 2.2.2. Eficiente – Executar o conjunto das atividades utilizando recursos financeiros com uma diferença total para mais não superior a 15% dos valores planeados;



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

2.2.3. Ineficiente – Executar as atividades utilizando recursos financeiros com uma diferença total para mais superior a 15%, dos valores planeados, salvo se o desvio não for imputável à SRU, caso em que a execução se classificará como Eficiente.

CLÁUSULA 5ª

Subsídio de Exploração

1. O Município atribuirá à SRU um subsídio à exploração no valor global de 33.900.000 euros (trinta e três milhões e novecentos mil euros) não sujeito a IVA, nos termos e com a finalidade indicados na cláusula 1ª, nº 1, de acordo com a seguinte previsão de repartição anual de encargos:
 - 1.1. Em 2015, um montante até 406.212 euros (quatrocentos e seis mil, duzentos e doze euros);
 - 1.2. Em 2016, um valor até 20.237.475 euros (vinte milhões, duzentos e trinta e sete mil quatrocentos e setenta e cinco euros);
 - 1.3. Em 2017, um valor de até 13.256.313 euros (treze milhões, duzentos e cinquenta e seis mil, trezentos e treze euros).
2. A transferência do subsídio à exploração para a **SRU**, processar-se-á de acordo com os seguintes procedimentos:
 - 2.1. A título de adiantamento, até 2.500.000.00€ (dois milhões e quinhentos mil euros) quando a **SRU** apresente comprovativo de início de concretização do programa de intervenções;
 - 2.2. A título de reembolso de despesa executada e paga certificada pelo Fiscal Único, devendo os respetivos pedidos serem efetuados numa base trimestral ou sempre que a despesa executada e por si paga ultrapasse o valor 1.500.000.00€ (um milhão e quinhentos mil euros);
 - 2.3. A execução referida na alínea anterior é comprovada por documentos da despesa realizada e paga, nomeadamente, faturas e recibos ou documentos de quitação de valor probatório equivalente, que deverão encontrar-se arquivados em dossiers que ficarão disponíveis na **SRU**, sendo a instrução do pedido feita conforme Anexo B;
 - 2.4. O valor acumulado dos pagamentos realizados ao abrigo das alíneas 2.1) e 2.2) não pode ultrapassar o valor total do subsídio à exploração previsto neste contrato.
3. O valor do subsídio de exploração pode ser objeto de redução, sem mais formalidades, nas se-



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

guintes circunstâncias e na devida proporção:

- 3.1. Obtenção de apoios financeiros no âmbito de qualquer programa de apoio, designadamente, dos incluídos no novo período de Programação dos Fundos Estruturais e de Investimento 2014-2020;
- 3.2. Redução do valor previsto para as intervenções em função dos custos reais apurados.
4. O subsídio à exploração poderá ainda ser objeto de redução, sem mais formalidades, sempre que se preveja que o nível de meios libertos pela exploração global da empresa em cada ano dispensa, total ou parcialmente, a sua necessidade para se garantir o equilíbrio de resultados;
5. O montante da repartição de encargos será anualmente ajustado à efetiva execução do contrato, conforme disposições desta cláusula, podendo haver transição de saldos não executados para o ano seguinte até ao limite do prazo de execução previsto na cláusula 6ª;
6. Na execução do contrato admite-se também a possibilidade de ajustamento, desde que compensado entre si, entre os valores de cada ação programada;
7. O encargo financeiro decorrente do presente Contrato tem enquadramento orçamental na rubrica 07.01/ 08.01.01.01. do orçamento vigente, com inscrição na ação do Plano D1 P003.08 - Reabilitação Urbana – SRU, e tem o compromisso sequencial n.º, para 2015, com registo em sistema contabilístico dos compromissos plurianuais para anos seguintes.

CLÁUSULA 6ª
Calendarização

1. A execução das intervenções programadas no presente contrato-programa estará concluída até 31/12/2017, admitindo-se um prazo adicional até 28/02/2018 para conclusão da faturação e respetivos pagamentos pela **SRU** e até 15/04/2018 das correspondentes transferências pelo Município;
2. As transferências a fazer ao abrigo do presente contrato acompanham a execução das ações previstas na cláusula 1ª podendo ser ajustadas anualmente conforme disposições da cláusula 5ª.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Cláusula 7ª
Obrigações do Município

Constitui obrigação do Município assegurar o pagamento à **SRU** do valor previsto na cláusula 5ª no prazo de trinta dias contados a partir da entrega ao Município dos pedidos de reembolso instruídos de acordo com as normas previamente definidas e nos termos do Anexo B.

Cláusula 8ª
Obrigações da SRU

1. Constituem obrigações da SRU:

- 1.1. Realizar, acompanhar, controlar e fiscalizar a execução de todas as ações objeto do presente contrato, e garantir perante o Município o cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato;
- 1.2. Executar as ações objeto do presente contrato nos termos e dentro dos prazos previstos justificando, em tempo oportuno, todos os desvios que venham a ocorrer com proposta de ações corretivas, avaliando o respetivo impacto na execução física e financeira do objeto do Contrato;
- 1.3. Apresentar candidaturas elegíveis para co-financiamento das ações previstas no presente contrato por programas operacionais incluídos no Portugal 2020 ou noutros programas de apoio de natureza nacional ou comunitária;
- 1.4. Comunicar qualquer alteração ou ocorrência que ponha em causa os objetivos do projeto com a devida justificação e proposta de atuação subsequente;
- 1.5. Organizar o dossier das ações objeto do presente contrato-programa de acordo com as normas a ser definidas pelo Município, que integrará toda a documentação técnica, contabilística e financeira devidamente identificada com a respetiva referência conforme ao objeto deste Contrato-Programa que comprove a respetiva realização física e financeira;
- 1.6. Por si, ou através dos seus representantes legais ou institucionais, permitir o acesso aos locais de realização das ações e àqueles onde se encontrem os elementos referidos na alínea anterior, para efeitos de acompanhamento, controlo e auditoria pelo Município ou entidade que este designe para o efeito;
- 1.7. Manter a sua situação regularizada perante a administração fiscal e segurança social



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

- 1.8. Apresentar no máximo até 1/03/2018, o pedido de pagamento do saldo final, com toda a documentação relevante, bem como os extratos contabilísticos que evidenciem o registo do custo total de cada ação objeto do presente contrato;
- 1.9. Proceder à restituição dos montantes indevidamente pagos ou não justificados que se possa verificar existirem no apuramento final de contas;
- 1.10. Cumprir todas as disposições legais e regulamentares que forem aplicáveis às ações objeto do presente Contrato, designadamente em matéria de contratação pública, evidenciando claramente a articulação entre a despesa declarada e o processo de adjudicação adotado.

CLÁUSULA 9ª
Avaliação Periódica

1. O presente Contrato Programa será alvo de avaliação periódica devendo a SRU elaborar relatórios semestrais de execução, conforme Anexo C, em que deve constar:
 - a) Informação sobre os principais aspetos da execução das atividades abrangidas pelo Contrato-Programa, explicitando a evolução do estado das obras e prioridade estabelecida, indicando eventuais dificuldades e problemas;
 - b) Avaliação dos indicadores definidos na cláusula 3ª, nº3;
 - c) A análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação;
2. O Fiscal Único deverá emitir parecer sobre o relatório referido no número anterior.

CLÁUSULA 10ª
(Entrada em Vigor e Duração)

1. O presente Contrato Programa produz efeitos a partir da data do visto prévio ou declaração de conformidade do Tribunal de Contas.
2. O presente Contrato Programa vigora até a confirmação da aceitação pelo Município do relatório e saldo finais.

CLÁUSULA 11ª
Foro competente

Para dirimir qualquer litígio emergente do presente contrato programa as partes convencionam como competente o Foro da comarca de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

CLÁUSULA 12ª
Disposições finais

Em tudo o que não esteja expressamente previsto no presente contrato programa aplicar-se-ão os princípios estabelecidos na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, que aprovou o Regime Jurídico do Setor Empresarial Local.

Cláusula 13ª
Anexos

1. Constituem anexos ao presente Contrato, dele fazendo parte integrante:
 - 1.1. Anexo A – Intervenções de Reabilitação Urbana – Programação Financeira e de Atividades;
 - 1.2. Anexo B – Modelo de prestação de contas para reembolsos
 - 1.3. Anexo C – Modelo de Relatório Semestral;
 - 1.4. Anexo D – Parecer do Fiscal Único

O presente contrato-programa é feito em duplicado, ficando um exemplar na posse de cada uma das Outorgantes, possui todas as folhas rubricadas e vai ser assinado em:

Lisboa aos ____ do mês de _____ de 2015.

MUNICÍPIO DE LISBOA

Manuel Sande e Castro Salgado

Vereador do Planeamento, Urbanismo, Reabilitação Urbana e Espaço Público

LISBOA OCIDENTAL, SRU – SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA, EM, SA

Teresa do Passo

Presidente do Conselho de Administração



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO A

Contrato-Programa MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA - PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (2015-2017)

À data de: junho/2015

	2015		2016				2017				TOTAL
	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	1º TRIM	2º TRIM	3º TRIM	4º TRIM	
EDIFÍCIOS SERVIÇOS											
MUDE - MUSEU DO DESIGN E DA MODA (1)	0	0	1.420.290	2.130.436	3.550.726	3.550.726	2.130.436	1.420.290	0	0	14.202.904
BIBLIOTECA DE ALCÂNTARA (1)	0	0	0	256.070	384.105	640.175	768.210	512.140	0	0	2.560.700
ESCOLA EB1Nº 60 + J1 - ALEX RODR FREITAS (1)	0	0	93.223	139.834	279.668	279.668	139.834	0	0	0	932.228
ESCOLA EB1Nº 30 - MOINHOS DO RESTELO (1)	0	0	0	0	250.639	375.959	751.918	751.918	375.959	0	2.506.395
ESCOLA EB1Nº 63 - BAIRRO DO RESTELO (1)	0	0	0	319.101	478.652	797.753	797.753	478.652	319.101	0	3.191.012
ESCOLA EB1Nº 147 + J1 DE CASELAS (1)	0	0	0	0	201.208	301.812	603.623	603.623	301.812	0	2.012.078
ESCOLA EB VITOR PALLA (1)	0	0	0	200.000	300.000	500.000	500.000	300.000	200.000	0	2.000.000
ESCOLA EB SAM PAIO GARRIDO (1)	0	0	0	157.866	236.798	394.664	394.664	236.798	157.866	0	1.578.655
PSA MARTIM MONIZ (1)	22.985	22.985	0	0	78.509	117.763	157.017	196.272	157.017	78.509	831.057
SOMA	22.985	22.985	1.513.513	3.203.307	5.760.306	6.958.520	6.243.456	4.499.694	1.511.755	78.509	29.815.030
ESPAÇOS PÚBLICOS - PRAÇAS E RUAS											0
LARGO DA IGREJA DA MEMÓRIA (2)	36.900	36.900	0	174.498	407.162	348.996	232.664	0	0	0	1.237.120
CALÇADA DA AJUDA (CONTINUAÇÃO) (2)	15.941	0	50.255	125.639	75.383	0	0	0	0	0	267.218
LARGO DA BOA-HORA À AJUDA (2)	9.348	9.348	9.348	0	88.412	221.031	132.618	0	0	0	470.106
ESTRADA DE CASELAS (2)	29.520	29.520	0	0	87.162	217.904	130.742	0	0	0	494.848
RUA DOS CORDEIROS A PEDROUÇOS (2)	11.070	11.070	0	0	32.686	81.714	49.028	0	0	0	185.568
RUA BARTOLOMÉU DIAS (2)	16.826	16.826	0	0	49.682	124.205	74.523	0	0	0	282.063
RUA DE PEDROUÇOS (2)	43.394	43.394	0	0	128.128	320.319	192.191	0	0	0	727.427
LARGO DO RIO SECO (1)	25.092	25.092	0	0	74.087	185.218	111.131	0	0	0	420.621
SOMA	188.092	172.151	59.603	300.137	942.702	1.499.387	922.899	0	0	0	4.084.970
TOTAL	211.077	195.136	1.573.117	3.503.443	6.703.007	8.457.908	7.166.355	4.499.694	1.511.755	78.509	33.900.000
TOTAL ANUAL	-	406.212	-	-	-	20.237.475	-	-	-	13.256.313	33.900.000

(1) Custos de reabilitação estimados pelos serviços municipais.

(2) Custos de reabilitação estimados pela SRU. Nas situações em que não existem (ou não estão disponíveis) estudos ou projetos, os valores foram estimados com base nos custos médios por m2 das empreitadas da SRU e em áreas aproximadas.

INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO URBANA – PROGRAMAÇÃO de ATIVIDADES (2015-2017)

À data de: junho/2015

	2015												2016												2017																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																			
	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												
EDIFÍCIOS SERVIÇOS																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																												



	2015												2016												2017											
	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D				
EDIFÍCIOS SERVIÇOS																																				
ESCOLA EB1 Nº 147 + J1 DE CASELAS (1)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																																				
ESCOLA EB VITOR PALLA (1)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																																				
ESCOLA EB SAMPAIO GARRIDO (1)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																																				
PSA MARTIM MONIZ																																				
PROJETO																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																																				
ESPAÇOS PÚBLICOS																																				
LARGO DA IGREJA DA MEMÓRIA																																				
PROJETO																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA E LIGAÇÕES																																				
LARGO DA BOA-HORA À AJUDA																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
CALÇADA DA AJUDA (CONT)																																				
PROJETO																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
ESTRADA DE CASELAS																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
R CORDOBIROS A PEDROUÇOS																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
R BARTOLOMEU DIAS																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
R DE PEDROUÇOS																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				
LARGO DO RIO SECO																																				
CONTRATAÇÃO PROJETO																																				
PROJETO (2)																																				
CONTRATAÇÃO EMPREITADA																																				
EMPREITADA																																				

(2) Não inclui o Estudo Prévio, uma vez que este será elaborado, aprovado e entregue à SRU pela CML, para posterior desenvolvimento.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO B

CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU
Prestação de contas - pedido de reembolso

<i>Ação / dados</i>	<i>Sub-ação (1)</i>	<i>Início</i>	<i>Fim</i>	<i>Valor total (2)</i>	<i>Fornecedor</i>		<i>Fatura nº</i>	<i>Data</i>	<i>Valor</i>	<i>Rubrica /Classificação (3)</i>	<i>Recibo / equivalente</i>	<i>Data</i>	<i>Nº lançamento</i>
					<i>NIPC</i>	<i>Nome</i>							
Ação 1													
TOTAL													
Ação 2													
...													

(1) A organizar/desagregar em códigos de sub-ações, por *intervenção / contratação*, conforme trabalhos específicos envolvidos em cada ação (empreitada, projeto,...); o início, fim e valor contratado serão apresentados por sub-ação com desagregação de todos os valores relativos à respetiva execução em cada período

(2) Valor resultante da contratação envolvido em cada sub-ação

(3) Identificação da natureza da despesa – projeto/ obra/ fiscalização /acompanhamento/(...)



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO B

Valor do reembolso pretendido: _____

Assinatura do CA _____, em __/__/__

Parecer do fiscal único:

Assinatura do fiscal Único _____, EM __/__/__

A preencher pelo Município:

Valor da transferência pelo Município: _____

Informado por: _____, em __/__/__

Autorizado por: _____ em __/__/__

AP nº _____, em __/__/__

Recibo nº : _____, em __/__/__



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO C

CONTRATO-PROGRAMA MUNICÍPIO DE LISBOA / SRU

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO SEMESTRAL

SEMESTRE ____/____

1. Introdução
2. Síntese Financeira e Execução das ações previstas no plano de reabilitação, conservação e beneficiação (2015-17)

	Sub-ação	Estado de adiantamento (1)	Desvio execu- ção física (2)	Valor total	Faturação semestre (3)	Faturação total (3)	Pagamentos semestre (3)	Pagamentos total (3)	Desvio fi- nanceiro (2)	Previsão faturação próximo semestre	Previsão pagamentos próximo semestre	Valor m2 (2)
Ação 1	Sub-ação 1.1											
	Sub- ação1.2											
Total Ação 1												
Ação 2												
...												

- (1) Execução, à data, em % com base nos autos / faturação
- (2) Conforme indicadores de acompanhamento e avaliação do contrato-programa (cláusula 4ª)
- (3) Conforme pedidos de reembolso entregues



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

ANEXO C

Sumário das ações desenvolvidas e indicadores do Quadro incluindo avaliação da eficiência e eficácia e análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação. Notas qualitativas adicionais designadamente quanto aos principais aspetos da execução das atividades abrangidas pelo Contrato-Programa, evolução do estado das intervenções e prioridades estabelecidas, eventuais riscos (que possam afetar a execução física e financeira), dificuldades e problemas; análise de eventuais desvios económicos e financeiros e respetiva justificação; identificação de eventuais riscos.

	Valor semestre	Valor acumulado	Desvio face ao previsto
Pedidos de reembolso apresentados			
Transferências recebidas			
Saldo por receber			

3. Conclusões

Sinopse geral ressaltando os aspetos mais importantes da execução do Contrato-programa no semestre e acumulado

Assinatura do CA _____, em __/__/__

Parecer do fiscal Único

Assinatura do fiscal Único _____, em __/__/__